

construção do futuro



Informativo da Comissão Senado do Futuro

nº 21, 15 de maio de 2018



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Brasil precisa de metas ambiciosas de eficiência energética

O país precisa trabalhar com metas ambiciosas de eficiência energética, afirmaram os especialistas ouvidos no dia 3 de maio pela Comissão Senado do Futuro. A iniciativa da audiência foi do senador Hélio José (Pro-DF), segundo o qual o Brasil precisa melhorar a sua eficiência na produção, distribuição e consumo de energia elétrica. O parlamentar ressaltou que “energia não pode ser jogada fora”, especialmente com a expectativa de retomada do crescimento econômico.

Em seu discurso de apresentação, o senador Hélio José destacou: “O Programa de Eficiência Energética (PEE) e os recursos financeiros a ele alocados anualmente, são de suma importância para o desenvolvimento nacional, especificamente, no âmbito do Setor Elétrico, tendo em conta que concorrem e concorrerão para a retomada do tão esperado crescimento econômico.”

“A par disso, uma maior oferta de energia elétrica para sustentar a retomada do crescimento econômico do país, passa, também, pelo aumento dos índices de eficiência energética.”

Entre os benefícios que o PEE gera, enumerou o senador Hélio José os seguintes:

- O investimento em equipamentos modernos e eficientes;
- A redução da necessidade de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- A redução da demanda no horário de ponta, melhorando o suprimento e a estabilidade do sistema;
- A redução de perdas elétricas no uso final;
- O aumento da confiabilidade do fornecimento de energia elétrica; e
- O investimento na educação da população, principalmente, crianças e jovens, por meio de projetos educacionais.”

Na visão do consumidor final, o senador Hélio José acredita que os principais benefícios são:

- A possibilidade de modernização de equipamentos ineficientes;
- A possibilidade de inclusão de fontes de geração limpas e renováveis;
- A conscientização quanto ao não desperdício de energia elétrica; e
- A preservação do meio ambiente.”

Além disso, ressaltou o senador Hélio José que há no



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

PEE um saldo de R\$ 905.000.000,00 (novecentos e cinco milhões de reais), que podem e devem ser investidos, precisando de melhor divulgação do programa especialmente junto as universidades.

Para ele há que destravar o acesso aos recursos do programa, estabelecendo:

- a) Uma forma de divulgação efetiva que realmente atinja toda a sociedade e amplie o alcance do Programa;
- b) Calendários anuais para realização das chamadas públicas com ampla divulgação e antecedência, inclusive com a possibilidade de realização de mais de uma chamada pública anual;
- c) Que as aplicações dos saldos remanescentes do programa só possam ser utilizadas em projetos de eficiência energética de acordo com os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE,
- d) Formas de facilitar a participação de entidades sem fins lucrativos, de cunho filantrópico, assistenciais e beneficentes (creches, escolas públicas e privadas, asilos para idosos, etc...), cujos investimentos devem ser a fundo perdido;
- e) Ampliação dos recursos financeiros destinados aos projetos educacionais, com o propósito de levar aos diversos segmentos da sociedade civil o conceito e a prática da Eficiência Energética, considerando que a Eficiência Energética é uma questão educacional e o desperdício de energia elétrica gera perdas bilionárias para o país.”

A urbanista e especialista em eficiência energética, **Alexandra Albuquerque Maciel**, coordenadora de mudanças climáticas do Ministério do Meio Ambiente, destacou que a máquina pública tem uma importante parcela no consumo de energia no país. Ela explicou que o ministério está realizando projetos de redução do consumo de energia em várias instalações do governo. Alexandra também afirmou que a legislação do Brasil para o setor é considerada avançada, mas é preciso colocá-la em prática.

Hélio José lembrou que atualmente, o Brasil produz

apenas um gigawatt de energia a partir de fontes renováveis, como a eólica e a fotovoltaica. E que a China, que tem 30% menos de captação solar que o Brasil, produz 100 gigawatts somente nessas duas fontes não-poluentes e renováveis.

Em resposta, a coordenadora de eficiência energética do Ministério das Minas e Energia, **Samira Sana Carmo** explicou que o Brasil trabalha com as metas do Acordo de Paris, que preveem o aumento da participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para 18% até 2030. Além disso, o país mira na economia de energia, disse Samira.

— Estamos trabalhando para em 2030 termos poupado quase um terawatt na produção brasileira. Isso é quase o produzido por uma hidroelétrica como Itaipu — declarou.

Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Conservação de Energia (Abesco), o engenheiro **Alexandre Sedlacek Moana** lembrou que a eficiência energética é realizar o mesmo trabalho com menos energia. E salientou que os países que tiveram políticas que determinaram a eficiência energética, como o Japão, conseguiram reduzir seus custos e seus desperdícios.

— Programas como a etiquetagem dos eletrodomésticos, como Procel [Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica], tiveram grande efeito nos fabricantes e nos consumidores. Devemos fazer o mesmo na área de consumo, como em indústrias e no comércio, com metas e planos de eficiência para a redução do consumo — completou.

Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), afirmou que se deveria ter um conceito mais amplo, como **recursos energéticos distribuídos**, sendo a eficiência energética um componente deste. Para ele, no contexto geral, há que se buscar aperfeiçoamentos e modernização na regulação do setor e alterar a forma de pagamento das distribuidoras e geradoras de energia. (Agência Senado)



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

A Universidade de Brasília é patrimônio do Brasil

A afirmação do governo de que o Ministério da Educação está liberando a totalidade das verbas destinadas à Universidade de Brasília e às outras instituições de ensino superior foi a grande polêmica da audiência pública da Comissão Senado do Futuro realizada em 4 de maio. A reunião foi requerida pelo presidente da comissão, o senador Hélio José (Pro-DF), para discutir a crise da UnB, que à semelhança das outras instituições de ensino superior federais, estão realizando profundos cortes nos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o professor **Paulo César Marques**, chefe de gabinete da reitoria da UnB, apesar de o MEC declarar que está se cumprindo o Orçamento de gastos com as universidades, o que se gasta está diminuindo.

— Ao se comparar os dados que o Ministério da Educação apresentou aqui na comissão, verifica-se que as verbas de custeio de 2018 são menores que as de 2017. Ou seja, as universidades estão tendo de fazer cortes. Isso não é por acaso, é o projeto de país que está se levando adiante — declarou o professor.

Ele destacou que trazer para o Senado Federal o grave problema que a Universidade de Brasília enfrenta não é dar foco a uma questão particular, já que a situação da UnB é exemplo do que vem ocorrendo com todas as universidades públicas brasileiras ao longo dos últimos anos.

O representante da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu), **Weber Gomes de Souza**, declarou que a pasta tem de se submeter à legislação orçamentária e por isso não pode aumentar seus gastos com as universidades federais. Mas que, tendo a UnB uma previsão de gastos de até R\$ 189

milhões, o MEC destinar R\$ 229 milhões está dentro do razoável. Francisco Wayne, também técnico da Sesu, afirmou que o Ministério da Educação está seguindo o planejamento de 2018.

Dotação Atual Despesas Correntes
Todas as fontes

Ordem	IFES	% part. Matriz ANDIFES	2017		2018	
			Ordem	Montante	Ordem	Montante
1	UFPA	3,50%	1	R\$ 250.551.199	1	R\$ 238.165.148
2	UFPA	3,13%	6	R\$ 164.379.790	5	R\$ 180.075.288
3	UFF	3,10%	4	R\$ 191.857.905	3	R\$ 190.005.744
4	UnB	3,00%	2	R\$ 214.982.852	2	R\$ 229.929.040
5	UFPE	2,93%	5	R\$ 174.621.831	6	R\$ 173.901.485
6	UFFR	2,87%	3	R\$ 202.289.293	4	R\$ 184.871.139

Secretaria de Educação Superior
Brasília, 04 de maio de 2018

— Há uma diretriz do Ministério da Educação de manter as verbas de custeio. Nosso limite de pagamento pela Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos, é de R\$ 18 bilhões. E temos quase R\$ 30 bilhões para pagar somando todos os outros gastos, pois há ainda vários compromissos de 2017.

Verbas retidas

O professor **Virgílio Caixeta Arraes**, presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), afirmou que governo retém no Tesouro Nacional o que a UnB e as outras universidades arrecadam em aluguéis, taxas etc.

— É a chamada rubrica ou fonte 250. Há o dinheiro que é depositado, mas o governo o retém para pagar suas contas. São quase R\$ 100 milhões desde 2012 — afirmou.

Gustavo Balduino, secretário-executivo Associação Nacional dos Docentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), fez uma análise macroeconômica e política.

— Se temos uma economia deprimida, certamente não há arrecadação. Se as famílias estão endividadas, se estão subempregadas sem recolher impostos, não há verbas e financiamento para as universidades. E cada vez mais estudantes estarão vindo de famílias com menos recursos, precisando de apoio das universidades.

Balduino demonstrou que o país vive um processo de crise econômica e social grave e que tem se agravado sem perspectivas de mudanças a curto prazo, especialmente em vista das medidas que o atual governo tem tomado, especialmente no que diz respeito à eliminação de direitos e à definição de cortes sucessivos em orçamentos futuros, como determina a Emenda Constitucional 95/2016. Para ele as universidades continuarão em crise e com restrições até que seja revogada a EC 95, revogação esta que vê como fundamental.

Alessandra Veloso, Cordenadora de Mulheres do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília, lamentou os ataques que a universidade pública vem sofrendo. “Não é possível pensar que exista futuro para a sociedade brasileira sem investimentos adequados nas instituições públicas de ensino superior”, argumentou.

João Marcelo Marques Cunha, estudante e representante do Comitê em Defesa da Universidade de Brasília, destacou que “é fundamental resgatar os fundamentos da Constituição Cidadã, que acabou promovendo a expansão vista recentemente nas matrículas do ensino

superior. O Brasil é um dos países que menos aplica recursos em educação”.

O professor **Erlando da Silva Rêses**, Vice-Presidente da Regional Planalto do ANDES-SN, destacou que houve um processo de expansão das universidades públicas, com total engajamento das instituições, porém o governo não fez sua parte garantindo as condições financeiras para suportar essa expansão e acabou destinando mais recursos para a área privada.

Questionado por vários participante e ouvintes da audiência pública por que ele e os outros senadores do Distrito Federal votaram a favor da Emenda Constitucional 95, que implantou o teto dos gastos, Hélio José afirmou que eles haviam dado um voto de confiança ao governo Temer, que acabara de tomar posse.

— A Emenda Constitucional 95 realmente está prejudicando a sociedade. Nós acreditamos na informação de que ela seria importante para o equilíbrio das contas públicas — disse Hélio José.

Durante a audiência, vários participantes ainda debateram com os técnicos do MEC as limitações de gastos que a Emenda 95 tem causando, mesmo que haja superávit com verbas da própria universidade, como explicou o professor Paulo César Marques.

Cerca de 120 estudantes da UnB não puderam entrar na sala da Comissão Senado do Futuro, que estava lotada. A Polícia Legislativa chegou a oferecer a entrada em uma sala de outra comissão, onde poderiam assistir a audiência pelo telão, mas não houve unanimidade quanto à oferta. (Com informações da Agência Senado)

